

POR UMA ARQUEOLOGIA DO SABER LINGUÍSTICO-LITERÁRIO E LETRAMENTOS IDENTITÁRIOS

Ana Fátima Cruz dos Santos¹

Resumo: O texto dessa exposição tem por objetivo apresentar uma reflexão sobre a arqueologia do signo linguístico-literário sob a representação do mesmo nas categorias identitárias às quais a língua se manifesta. Como aporte teórico, expomos a natureza do signo linguístico corroborando com Benveniste (1976), saudando os ensinamentos de Saussure sobre a dualidade do próprio signo e sua capacidade de conversar sob a ótica de diferentes ciências (AGAMBEN, 2007) e seus saberes: geográficos, históricos, sociais, antropológicos, técnicos (BARTHES, [s/d]). O lugar da literatura não está dissociado da linguística quando ambas têm como intersecção a língua, este código da linguagem que mira diferentes perspectivas quando apreciado do lugar de quem fala, de quem emite o discurso. Assentando o que Barthes cita, a língua como instrumento de poder, nota-se uma necropolítica que ratifica quem detém o poder deste código numa sociedade excludente, hipócrita e racista, conforme Achille Mbembe (2018). Logo temos a problemática: quem/o quê determina a soberania da linguagem? Se esta abarca a língua e a literatura, qual é o ponto de encontro? Pressupomos que a cultura é o item rizomático onde o signo se faz materializado e utópico ao mesmo tempo, presente em sujeitos expõem seus diferentes modos de exercitar a língua, constituindo letramentos identitários em cada espaço atuante (KLEIMAN, 2001; SILVA, 2011; RIBEIRO, 2019). Supomos, por fim, que o signo em suas dualidades pode, como um dínamo, multifacetar-se a depender do sujeito, circunstância e lugar de onde parte sua enunciação, logo, culturalmente persuasivo e mutante a ser investigado pela Antropologia, pelos Estudos Culturais e pela Literatura negro-brasileira como forma de traçar um perfil crítico do signo após as análises de Saussure e contemporâneos.

Palavras-Chave: Signo linguístico-literário. Linguagem. Letramentos.

¹ Professora da Educação Básica, escritora, doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural/Linguagem, na Universidade do Estado da Bahia (Pós-Crítica/UNEB), Linha de Pesquisa: Letramentos, identidades e formação de educadores. Orientanda da Profa. Dra. Maria Anória de Oliveira. Endereço eletrônico: fatimaodara@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O ditado popular “a palavra tem poder” traz uma das expressões mais utilizadas para compreendermos estruturas de dominação política, social e cultural em todo o mundo. Principalmente para quem está à frente de uma linha política epistemológica ocidental. A concepção de palavra não se detém apenas à sua descrição mórfica a qual também discorreremos neste texto sob análise de estudiosos a respeito do signo linguístico e seus desdobramentos, suas dualidades; a palavra traz consigo uma leitura de vivências, histórias, ideologias e, conseqüentemente, uma transmutação da realidade. Logo, não nos privaremos apenas por uma leitura do termo como em sua forma escrita — que muito nos interessa enquanto sociedade alfabética — mas também em sua dimensão sonora, oralizada, envolvida em ritmo, força vital e semântica.

O objetivo principal deste ensaio é apresentar uma reflexão sobre a arqueologia do signo linguístico-literário sob a representação do mesmo nas categorias identitárias às quais a língua se manifesta. Portanto, delimitar o percurso de dissecação de sua formação tanto no âmbito linguístico quanto literário não é nosso intuito e brevemente a/o cara leitora/leitor apreenderá as escolhas teóricas feitas para realizar tal observação do elemento *signo*. Mas o signo existe porque é instrumento de uma língua a qual, segundo Agamben (2007), é o código que tem uma classificação impositiva, aprisiona um modo de comunicação a qual o receptor deve saber interpretar, traduzir, interagir. Sem um conhecimento prévio desse código e suas regras não há comunicação e, logicamente, não há Linguagem.

POR QUE ARQUEOLOGIA DO SABER A PARTIR DO SIGNO?

O conceito de arqueologia, conforme o Dicionário Michaelis (Online), “Ciência que trata das culturas e civilizações antigas e desaparecidas, estudando-as por meio de artefatos, fósseis, habitações, monumentos e outros testemunhos materiais que delas restaram”. Ao que nos é apresentado nesta descrição, o termo aparenta uma visão de


arquivo, objetificação tem um fio tênue de envolvimento com a discussão sobre os usos de qualquer signo linguístico-literário em um plano universal da semântica. Vai para além de uma análise sobre seres inertes ou um passado estanque.

A alusão à arqueologia no estudo da Linguagem neste texto está referenciando um termo utilizado em 1969 pelo filósofo francês Michel Foucault em sua obra *A Arqueologia do Saber* a fim de discutir um método analítico para, segundo uma premissa do autor, criticar os sistemas de pensamento e conhecimento — apresentados numa abordagem linguística como *epistemes* ou *formações discursivas* — sendo, estes, governados por regras (além das gramaticais e da lógica). Tais regras, ainda conforme afirmação de Foucault, operam sob a consciência de sujeitos individuais e definem um sistema de possibilidades conceituais que determinam os limites do pensamento e do uso da Linguagem em um determinado domínio e período — portanto, numa perspectiva sócio-histórica. A partir desta descrição sobre um dos conceitos que utilizamos para desenvolver a reflexão sobre o signo linguístico-literário, elencaremos os pontos de interseção e dissidência em aportes teóricos que discorrem sobre as implicações do uso do signo como representação identitária de sujeitos opressivos e subalternizados.

Contudo, não existe apenas esta forma de estrutura representativa da Linguagem para povos no mundo. Por exemplo, os ideogramas são símbolos que abarcam significados de palavras, características físicas e/ou culturais dentro de um determinado grupo. Um desses conjuntos da representação de Língua são os Adinkra. O povo Akan, na África Ocidental durante o século XVIII, enquanto nação Asante, formou um conjunto de ideogramas em que cada um dos símbolos possui um nome e significado (CARMO, 2017, p. 57-83). Esse significado pode estar associado a uma característica cultural local, um tipo de animal, um fato histórico, um vegetal ou até atributos comportamentais humanos. Os Adinkra não eram escritos em papiros, estavam estampados em tecidos, adereços que poderiam ser de madeiras ou peças de ferro. Logo, outra forma de registro

relacionada à vivência cultural daquela comunidade, do povo Akan. Vejamos alguns exemplos de Adinkra:

ÍCONES ADINKRA — SIGNOS AKAN

Ícone Adinkra	Significado o termo	Conceito do termo	Contexto de uso
 <p>ANANSE NTONTAN</p>	<p>“Teia de aranha”</p>	<p>Símbolo da sabedoria, a criatividade e as complexidades da vida.</p>	<p>Ananse, a aranha, é um personagem bem conhecido em contos populares africanos.</p>
 <p>ANI BERE A ENSO GYA</p>	<p>“Por mais que uma pessoa fique de olhos vermelhos (séria), seus olhos não produzem fogo”</p>	<p>Símbolo de paciência, auto-contenção, auto-disciplina e auto-controle.</p>	<p>Este símbolo sugere que, se as pessoas estão ansiosas e dedicadas a fazer uma tarefa, não significa necessariamente que você pode ver que a ansiedade (vermelhidão” em seus olhos.</p>
 <p>AKOBEN</p>	<p>“Chifre Guerra”</p>	<p>Símbolo de uma chamada à ação, a disponibilidade para ser chamado à ação, prontidão e voluntarismo</p>	<p>O som de Akoben é um grito de guerra; portanto, é uma chamada à ação.</p>
 <p>AKOFENA</p>	<p>“As espadas cerimoniais estaduais”</p>	<p>Símbolo da autoridade do Estado, a legalidade, a autoridade legitimada de um governante, o reconhecimento de bravura ou atos heroicos.</p>	<p>Akofena, as espadas cruzadas, é um símbolo popular nos escudos heráldicos de muitos dos antigos Estados Akan.</p>

Fonte: CARMO, 2017, p. 62-63.

Enquanto uma representação de comunicação escrita sob a forma de símbolo, os ideogramas Adinkra, em comunidades diaspóricas africanas, são utilizados como referência à ancestralidade linguística de base africana, reconhecimento de valores e de conceitos filosóficos e normas sociais do povo Akan a exemplo de casamentos, batismos e cerimônias fúnebres. Logo, percebemos que o ícone linguístico vai cumprir sua função epistemológica, social e até política quando contextualizada em um grupo ou comunidade linguística específica — que não precisa ser sua de origem, como o caso de feministas negras brasileiras que utilizam os Adinkra em forma de tatuagem corporal, em documentos literários ou representação de instituições intencionando uma retomada a valores ancestrais africanos.

Para princípio de reflexões sobre a relação entre Linguagem e as manifestações identitárias, faz-se necessário levantar algumas questões a fim de observarmos de forma estrita os posicionamentos e interesses presentes nos signos linguísticos e literários que ouvimos ou adotamos em nossa comunicação. Primeiramente: quem/o quê determina a soberania da Linguagem? Então, se esta abarca a Língua (em seus aportes linguísticos) e a Literatura (com suas interfaces filosóficas, culturais e histórico-sociais), qual é o ponto de encontro entre elas?

Pressupomos que, para desenvolver uma linha de “conversa” entre Língua e Literatura enquanto aportes da Linguagem, a cultura é o item rizomático onde o signo se faz materializado e utópico ao mesmo tempo; os falantes expõem seus diferentes modos de exercitar a língua através dos signos (por exemplo), constituindo letramentos identitários em cada espaço atuante.

A Linguagem está diretamente integrada à relação de poder entre sujeitos dentro de uma sociedade e dos mesmos para com outros sujeitos de outras comunidades de fala. Linguagem enquanto este “objeto de manipulação do poder” (AGAMBEN, 2007), ou “objeto em que se inscreve o poder” (BARTHES, s/d), ou ainda como um “mecanismo de manutenção de poder” (RIBEIRO, 2019). Elemento de uso individual e/ou coletivo para

modificar estruturas de domínio, competência ou força (política, social, cultural, econômica). A Linguagem também pode ser uma barreira ao entendimento numa atuação discursiva entre falantes de mesma ou diferente Língua e estimular mais espaços de poder, como nos referencia a filósofa brasileira Djamila Ribeiro (2019) referindo-se, especificamente, ao uso da Linguagem enquanto ferramenta de dominação dos colonizadores europeus sobre os sujeitos africanos em séculos de escravidão negra, assim como a subalternização de sujeitos descendentes de africanos nas terras diaspóricas, em específico, no Brasil desde 1530 até a contemporaneidade do século XXI.

A natureza do signo linguístico, corroborando com Benveniste (1976), saudando os ensinamentos de Ferdinand de Saussure em suas anotações póstumas do Curso de Linguística Geral, na França no início do século XX, proporcionou um olhar mais apurado sobre essa “ciência do signo”, contudo, trouxe à tona a dualidade do próprio. Nesta data, visto como não possível de uma apreciação por ciências outras das Humanidades, porém sua capacidade de conversar sob a ótica de diferentes olhares científicos (AGAMBEN, 2007) e seus saberes: geográficos, históricos, sociais, antropológicos, técnicos (BARTHES, [s/d]), portanto, “qualquer sistema semiológico repassa-se de linguagem” (BARTHES, 2006, p. 12).

E o campo da Literatura dentro da Linguagem? O lugar da Literatura está na sua força de representação em diferentes artes e/ou ciências de estudo dos sujeitos, sociedade, marcos históricos (BARTHES, s/d). As várias conexões que a escrita literária proporciona reportando a territorialidade, a geopolítica, a filosofia. A defesa de que o Autor “é um filósofo da linguagem” (AGAMBEN, 2007), arrebatando os acontecimentos e transformando os saberes postos ao vento em realidades tocantes no papel e na alma dos indivíduos. O compartilhamento de uma memória imaginada, contudo, possível de realização a partir do signo, esta “partícula do impossível” que Barthes (s/d) registra no verso “assento o que repito”, ou seja, os signos só existem

quando são reconhecidos, repetidos, “assentados” seja no uso escrito ou na arte da oratória.

LITERATURA E LINGÜÍSTICA: UM LAÇO SEM NÓ?

Enquanto Agamben (2007) aponta que a Linguística, por mais que tenha sido aperfeiçoada por Saussure, careça de um olhar técnico e preciso de outras ciências, a Literatura vem a ser esta “língua fora do poder” (BARTHES, s/d), incluindo também um olhar técnico sobre as vivências, assim como suas multifaces permutando áreas: da visão antropológica à botânica; da geográfica à cultura, e assim por diante. Capacidade infinita de conversa entre diversas ciências dentro dessa “legislação” que é a Linguagem.

A Literatura não está dissociada da Linguística quando ambas têm como intersecção a Língua, este código da Linguagem que mira diferentes perspectivas, principalmente, ao apreciar do lugar discursivo de quem fala, de quem emite o discurso. Assentando o que Barthes (s/d) nos traz sobre a repetição do signo para que o mesmo se estabeleça na Linguagem, a Língua é um instrumento de poder, de aplicação de força de um indivíduo sobre outro, ou mesmo na manutenção dessa dominação, seja ela consciente e expressa também pela agressão física, seja indutiva por expressões e vocábulos de rejeição, inferiorização e mortalidade social/cultural do outro que se deseja subjugar e/ou excluir.

O signo é, dentro da Linguagem linguística e literária, um dos responsáveis por multifacetar circunstâncias de privilégio e expor o “lugar de fala” (RIBEIRO, 2019) de quem verbaliza e de quem silencia. Observemos os silêncios impostos e identificaremos aspectos comuns entre a maioria desses sujeitos que usam *máscaras de Flandres* invisíveis aos olhos: a zoomorficção da pessoa negra, adjetivos depreciativos relacionados a traços fenotípicos e étnico-culturais por exemplo. A referência à máscara de Flandres é devida ao objeto utilizado na era colonial e escravocrata no Brasil em homens e mulheres negras como forma de castiga-los, fosse por não se submeterem à Língua dos

colonizadores brancos e permanecerem falando as Línguas de origem africana no cotidiano; fosse por através da fala oral continuar exercendo a comunicação entre os demais negros e, conseqüentemente, mobilizando as fugas, revoltas, o banzo, a quilombamentos e denço.

LUGAR DE FALA, EPISTEMICÍDIO E NECROPOLÍTICA: SEMIOLOGIA EM OLHAR FILOSÓFICO?

O signo linguístico é estudado através da Semiologia que, dentro da Linguística, encontra seus próprios métodos de investigação sobre as relações sintagmáticas e sistemáticas. Ao longo do caminhar do semiólogo, observa-se que não se cabe apenas uma análise linguística, a substância não-linguística também é apurada pois, a “Semiologia é talvez, então, chamada a absorver-se numa *translinguística*, cuja matéria será ora o mito, a narrativa, o artigo de imprensa, ora os objetos de nossa civilização, tanto quanto sejam falados” (BARTHES, 2006, p. 13). Nessa partícula *trans* são visíveis à intersecção da Antropologia, Sociologia, Geografia, Filosofia aonde a Literatura é a veia científica que reúne todas as outras ciências sob a veste do signo. O dito e o não dito se apresentam nos textos apresentando a linguagem de “alguém que detém o poder” da argumentação, violação, exclusão em virtude do silêncio de outrem, violentado, excluído, apartado de permissão de fala. Ou como nos diz Frantz Fanon, “Falar é poder usar uma certa sintaxe, possuir a morfologia de uma ou outra língua, mas é sobretudo assumir uma cultura, suportar o peso de uma civilização” (FANON, 1983, p. 17).

Privar, fisicamente, o outro de falar é uma das formas de declarar a repulsa, a ânsia de excluir e praticar as diferentes máximas de poder sobre alguém e toda a significação de seu discurso — estrutura linguística, cultura, religiosidade, política, filosofia. É a partir da colonização que os seres africanos passam a existir fora do estatuto de sujeitos, sem filosofia e humanidade. Junto desta distribuição vem o apagamento histórico, epistêmico e cultural, caracterizado pela invisibilidade e morte epistêmica dos povos africanos.

[...] é a partir do epistemicídio que se concretiza a invisibilidade dos conhecimentos africanos, pois a concretização desse conceito só é possível a partir do racismo construído nas diferentes rotas coloniais. O ponto de convergência desses autores está em reconhecer, no processo de colonização, a arma letal que neutraliza a humanidade dos povos africanos. Para ambos, é na colonização que os seres africanos passam a não existirem como sujeitos humanos e históricos, caracterizando sua invisibilidade e morte epistêmica (RIBEIRO, 2017, p. 47).

Nota-se, sobre populações/comunidades colonizadas, desde o apagamento dos conhecimentos científicos, milenares até a segregação e morte física exercendo uma Necropolítica (MBEMBE, 2018) baseada em racismo, xenofobia, discriminação religiosa, sexismo e outros cânceres sociais. Uma Necropolítica que ratifica quem detém o poder deste código numa sociedade excludente, hipócrita e racista, conforme Achille Mbembe (2018) descreve sob quatro tópicos: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, Política da Morte. A partir da noção de Biopoder (FOUCAULT, 1979). Ou seja, o “poder” sobre a vida do outro quer se quer dominar, manipular, extinguir.

Na Linguagem, a Necropolítica se veste de Epistemicídio pela morte dos falantes a serem rejeitados através dos mecanismos linguísticos, desses sujeitos que são focalizados como descartáveis ou sem direito ao lugar de fala. Segundo Ribeiro (em entrevista, 2020), “lugar de fala não é impedir alguém de falar, é dizer que outra voz precisa falar”. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas o poder de existir” (RIBEIRO, 2019, p. 64), poder de expor sua linguagem, Língua, culturas. A Linguagem enquanto esse mecanismo de manutenção de poder — exercer uma comunicação didática, acessível, palatável a todos e todas que participam do mesmo grupo social — o que infelizmente foi barrado pelo racismo sob diferentes faces, uma delas, o racismo epistemológico que ao se referir aos latinos, e/ou negros africanos e diaspóricos, valida um modelo de ciência eurocêntrico, ocidental, cristã, patriarcal e alfabético. O local de fala de uma pessoa negra — com ou sem ascensão econômica-social —

possui mais barreiras de legitimidade linguística em territórios ocidentais do que um não negro, independente de sua referência socioeconômica.

Com relação ao discurso de poder e controle, “ou seja, de não pensar discurso como amontoado de palavras ou concentração de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estamos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2019, p. 55). O poder de controlar o direito à vida, ao conhecimento, à liberdade e conseqüentemente, aos saberes históricos e culturais dessas comunidades que estão privadas de acesso à língua de origem, à filosofia de sua nação, ou à reprodução de suas manifestações culturais — algo que é espelhado sob o signo literário.

A escolha de determinados termos, signos linguísticos-literários implicam numa escolha filosófica, social, cultural que, devido ao Estado de Exceção, torna-se privado, camuflado, e por algumas vezes, inexistentes de publicação para o corpo falante não sucumbir.

Segundo Grada Kilomba (2019), o uso de termos linguísticos como *niger* e *negro* e suas problematizações conceituais nos informa qual a linguagem dos “detentores do poder” e os ditos “colonizados”. Assim como a zoomorfização da pessoa negra para sua dominação/subordinação através do signo linguístico. Logo, “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2019, p. 69). Essa estratégia racista epistêmica da zoomorfização também é documentada na Literatura como no livro *Vidas Secas* de Graciliano Ramos, em que a personagem Fabiano, nordestino, não branco, é visto nesse lugar de animal, sem humanidade, sem sensibilidade e o não negro ou não indígena é o que possui essa capacidade de humanizar e exercer a Língua que humaniza o outro.

A ausência de uma linguagem coesa e coerente fornece extrema importância aos símbolos, já que a comunicação é rasa e restrita. A incorporação da figura de herói mitológico por parte de Fabiano, o protagonista da narrativa, confere a ele certa aura animalesca, e isso se dá através do processo de zoomorfização ao qual ele se

submete. Por fim, e não menos importante, pouco se sabe sobre os personagens que nada mais são do que figuras não mais relevantes que os motivos literários que os circundam (SOARES, 2012, p. 12).

Lélia Gonzalez “criticava a hierarquização de saberes como produtos da classificação racial da população [...] quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal de ciência é branco” (RIBEIRO, 2019, p. 24). Logo, um uso decolonial do signo linguístico-literário é uma forma de “mudar a rota” de uma Política de Exceção que exclui aquele corpo e todo seu acervo cultural, linguístico, geopolítico da construção de uma Linguagem no espaço. Assim como o uso de signos animalescos podem levar à morte da vida social e, conseqüentemente, física/terrestre do ser zoomorfizado.

LETRAMENTOS: QUAL O LUGAR DO SIGNO?

Noção de Letramentos (SOUZA; CORTI; MENDONÇA, 2011): é o conjunto de práticas sociais mediadas pela leitura e/ou escrita. Assim como uma capacidade de ler, transcrever, identificar, relacionar, compreender. Letramentos para além de uma mera decodificação da Língua. Dentre os tipos de Letramentos temos Letramento Escolar, Familiar, Religioso, Profissional. Contudo, ao invés de existir uma rede de letramentos, ou o que a Kleiman (2001) chama de Letramentos Múltiplos, temos uma segmentação da compreensão de ensino-aprendizagem em que o letramento escolar acaba sendo visto desconectado dos demais. Como o responsável apenas por uma alfabetização escolar do cidadão/leitor.

Logo, o tratamento da Linguagem possui entraves socioculturais antes vistos no contínuo desse texto que recaem nas relações processuais de aprendizados das linguagens e suas vibrações linguísticas-literárias dentro e fora do âmbito escolar. Essa manifestação de segmentar ameaça à compreensão de formação comunitária, construção de um ser a partir do outro, a percepção de que aprendemos em todas as ações do cotidiano. Para tal questão, a mudança na perspectiva de pensamento

sobre a Linguagem e suas manifestações se faz cada dia mais urgente e precisa. Neste íntere, as comunidades de falantes que aspiram ter sua Língua valorizada ou sua expressão comunicativa efetiva recorrem ao conceito de Letramentos de Reexistência.

Letramentos de Reexistência (SOUZA, 2011, p. 37) é a “reinvenção de práticas que os ativistas realizam, reportando-se às matrizes e aos rastros de uma história de disputa pela educação escolarizada ou não”. Estas práticas devem aparecer nos instrumentos de Letramento Escolar enquanto a construção dessa rede de conhecimentos, saberes e desenvolvimento de uma estrutura epistemológica que respeite a cultura, história, referência dos seus falantes. Por isso a necessidade de realçar a presença de uma diversidade histórica, social e geopolítica em nossos livros didáticos para garantir a pluralidade linguística e literária, além do respeito à diversidade de povos em um mesmo espaço territorial (como uma cidade, estado ou país).

Ao incluirmos, em todos os ambientes que frequentamos, nossa identidade através das Linguagens, assentamos os signos que nos forma; imprimimos nossa marca no local e nas pessoas ali existentes. Se essa Linguagem sofre ataque, rejeição, discriminação, isso também significa que aquele corpo, aquela história, seus referenciais também estão sendo expurgados da relação discursiva e física. Ao inscrevermos esses signos linguísticos-literários em todas as expressões do cotidiano enquanto um contínuo de nossa história e existência de uma ancestralidade/filosofia, estamos realizando os Letramentos de Reexistência.

À população negra no Brasil, um dos recursos desses Letramentos de Reexistência é a escrita literária impressa ou oralizada, presente em livros, canções de RAPs, saraus, Slam. O suporte da Literatura em suas diversas manifestações imprime as representatividades de um determinado grupo, portanto, a compreensão epistemológica dos signos linguísticos-literários a serem empregadas em algum desses suportes deve ser consciente e responsável, afinal, representará um Letramento Identitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso da arqueologia do saber referente ao signo linguístico-literário refletido neste texto não nos limita a traçar outros caminhos que conjecturem um perfil ontológico do saber epistêmico diante das vivências dos falantes no mundo ao longo de um tempo e espaço. O que foi possível trazer à superfície por meio de estudiosos de diferentes áreas do conhecimento é uma vírgula ou parêntese decorrente da caminhada de outros cientistas sobre a relevância do uso da Linguagem nas relações humanas e a necessidade de compreender o quão expansivo o signo linguístico-literário pode ser a depender do agente discursivo que o manipule, da intencionalidade, das interjeições sócio-históricas, político-filosóficas, geoeconômicas presentes para sua existência.

O lugar de fala dos sujeitos discursivos elucidada os agentes de Letramentos pautados na linguagem, assim como o poder que se deseja exercer na situação de Linguagem. De onde se fala, enuncia-se um rastro identitário que inscreve aquele ser na história. Nenhum signo é em vão, o *não dito* carrega muitas informações existenciais do que o *dito* evidenciado, exaltado, aclamado na *parole* imediata. O saber ler as entrelinhas é sempre se posicionar diante dos termos que escolhemos para exercer as competências linguísticas e os aportes literários que as escancaram.

A tessitura do signo, não fortuitamente, escancara para nós um passo a passo das regras sociais a qual estamos restritos e através das tramas literárias tensionamos uma revolução linguística para que mais vozes possam ser ouvidas, aplaudidas e perpetuadas, pois “escrever é um ato de coragem! A pessoa envolvida com a tessitura da narrativa escrita desloca-se da comodidade de quem observa o mundo detrás das persianas da janela e passa a circular nua pelos cômodos de uma casa protegida por telhado e paredes de vidro” (SILVA, 2014, p. 13). Escrever-se no mundo vai para além de um mero código, é uma representação de uma existência coletiva.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. A barreira e a dobra. In: AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- BARTHES, Roland. *Aula*. Trad. e posfácio Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, s/d.
- BARTHES, Roland. *Elementos de Semiologia*. 18. ed. Trad. Izidoro Blikstein. São Paulo: Cutrix, 2006.
- BENVENISTE, Emile. Saussure após meio século. In: BENVENISTE, Emile. *Problemas de linguística geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Luiza Neri. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976, p. 34-49.
- CARMO, Eliane Fátima Boa Morte do. *História e cultura da África nos anos iniciais do ensino fundamental: os Adinkra*. Salvador: Artegraf, 2017.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Trad. Adriano Caldas. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- FOUCAULT, Michel. 1969. *A Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>. Acesso em: 20 maio 2020.
- MICHAELIS Dicionário. Versão Online. *Arqueologia*. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/arqueologia>. Acesso em: 28 maio 2020.
- NASCIMENTO, Thaís. *Anastácia: resistência negra santificada*. Publicado em: 18/05/2016. Disponível em: <https://ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/3526/anastacia-resistencia-negra-santificada>. Acesso em: 22 maio 2020.
- PONTES, Katiúscia Ribeiro. *Kemet, escolas e arcádeas: a importância da filosofia africana no combate ao racismo epistêmico e a lei 10639/03*. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2017, 93p.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro. Pólen, 2019.
- SILVA, Cidinha da. *Africanidades e Relações Raciais: Insumos para Políticas Públicas na Área do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas no Brasil*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014.

SOARES, Vinícius Dill. *A Literatura sob uma perspectiva mítica e simbólica: A análise de Vidas Secas*. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI. Trabalho de Conclusão de Curso, 2012. 58 páginas. Disponível em: <<https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/1604/TCC%20-%20Vin%C3%ADcius%20Dill%20Soares.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. *Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: hip-hop*. Campinas: Parábola, 2011.

SOUZA, Ana Lúcia Silva; CORTI, Ana Paula; MENDONÇA, Márcia. *Letramentos no ensino médio*. Editora parábola, 2011.

OLIVEIRA, Maria Anória de Jesus. Raça e gênero: entrelaces racistas versus afirmação identitária negra. In: *Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL*, ano 1, n. 1, p. 106-115, mar.-jul. 2011. Disponível em: http://www.uel.br/neaa/sites/default/files/revistas/nguzu_miolo_final.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.